

RIO 2016 

Rio 2016: cidade pode assumir as obras da União

Em seminário sobre as Olimpíadas, ministro diz que governo repassaria os recursos e fiscalizaria sua aplicação

Luiz Ernesto Magalhães

luiz.magalhães@oglobo.com.br

Flávia Milhorance

flavia.milhorance@oglobo.com.br

• A prefeitura do Rio pode assumir integralmente a contratação de projetos e obras de arenas e outras instalações dos Jogos Olímpicos de 2016, que hoje estão sob a responsabilidade do Ministério do Esporte, nos complexos esportivos da Barra da Tijuca e de Deodoro. A União apenas repassaria o dinheiro e fiscalizaria a sua aplicação, com o objetivo de dar agilidade às obras. A informação foi dada ontem pelo ministro do Esporte, Aldo Rebelo, no evento "Rio cidade sede", organizado pelos jornais O GLOBO e "Extra".

A medida faz parte de uma parceria que está sendo discutida na esfera da Autoridade Pública Olímpica (APO), responsável por acompanhar o andamento dos projetos. Os custos das obras estão sendo revistos e devem ser divulgados pela APO apenas em março, quando termina a revisão da chamada matriz de responsabilidades — que indicará qual o papel da União, do estado e do município em cada projeto.

Obras foram estimadas em R\$ 750 milhões

Na campanha pelas Olimpíadas, as obras foram estimadas no caderno de encargos em cerca de R\$ 750 milhões. Na lista, há instalações temporárias e definitivas.

— Nós buscamos uma solução que permita construir as instalações de forma mais rápida e eficiente. Essas licitações podem ser feitas por outra esfera de governo. O repasse de



A JORNALISTA Flávia Oliveira (mediadora), Leonardo Gryner, Maria Sílvia Bastos Marques e Dan Epstein participam do evento "Rio Cidade Sede"

recursos por convênios é uma prática, uma realidade de todo o Brasil — disse Rebelo.

Nessa lista de projetos que podem ser municipalizados, aparece, por exemplo, o Parque Radical do Rio, em Deodoro. O complexo centralizará as provas de mountain bike e canoagem slalom. Outra instalação que também terá que ser

construída é a arena de Deodoro (cujo custo está estimado em R\$ 82,2 milhões), para as provas de esgrima. O cronograma inicial previa que o ginásio ficaria pronto ainda este ano, a tempo dos Jogos Mundiais Militares, realizados em julho. A obra, porém, ficou no papel.

— Todos os projetos foram mapeados na candidatura. O

que ocorre é que, com o tempo, as atribuições podem mudar. A União tem por prática realizar obras por convênios. Para o Comitê Olímpico Internacional (COI), isso não representa qualquer problema, desde que haja garantia de que os projetos serão executados — afirmou o coordenador-geral do Comitê Organizador Rio

2012, Leonardo Gryner.

Outra atribuição federal que poderá ser integralmente municipalizada é a construção de um novo autódromo, em Deodoro. O novo complexo automobilístico substituirá o Autódromo de Jacarepaguá, que vai virar Parque Olímpico.

O presidente da APO, Márcio Fortes, deu mais detalhes:

— Quando fui ministro das Cidades, autorizávamos as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e fiscalizávamos a aplicação dos recursos por convênios. Essa parceria em relação às obras olímpicas de fato está em discussão.

A prefeitura informou que só vai se manifestar sobre a proposta quando ela for oficializada pelo governo federal. Mesmo sem o acordo fechado, o município já havia se comprometido a fazer investimentos que eram de atribuição federal no Parque Olímpico.

Lançado edital para o Parque Olímpico

Na sexta-feira passada, a prefeitura lançou o edital de uma parceria público-privada (PPP) para o parque. O investidor privado arcará com R\$ 1,4 bilhão em obras, em troca da exploração comercial de mais de 750 mil metros quadrados das áreas remanescentes do autódromo. O investidor ficará responsável também pela manutenção de todo o complexo por 15 anos. Vencerá a licitação a empresa ou o consórcio que, além do melhor projeto, propuser o menor investimento da prefeitura nessa parceria.

O concessionário que vencer a licitação será responsável, por exemplo, por construir ou reformar instalações existentes para receber 15 competições. O problema é que os projetos que servirão de base para as construções ainda terão que ser licitados. Essa é uma das atribuições ainda sob a responsabilidade da União, mas que também poderá ser municipalizada. ■

Ministro critica a política do esporte

De acordo com Aldo Rebelo, país não conta com infraestrutura no setor

• O ministro Aldo Rebelo criticou ontem a política nacional de esporte, que é coordenada pelo partido dele, o PCdoB, desde o início do governo Lula, em 2002 — já passaram pela pasta os ministros Agnelo Queiroz e Orlando Silva. A crítica foi feita durante o seminário "Rio Cidade Sede", realizado no auditório da Bolsa de Valores, na Praça Quinze.

— Nós não temos ainda uma política nacional do esporte institucionalizada, um marco legal. Vivemos de convênios, o que não é desejado — disse Aldo Rebelo. — Estamos procurando recuperar a omissão da sociedade para com o esporte. E essa omissão não foi pequena. Temos uma dívida muito grande com o país. O governo tem procurado criar instrumentos de longo prazo e de emergência, que contornem as dificuldades do momento.

Comitê Rio 2016 investiu R\$ 85 milhões este ano

O ministro afirmou que o país não tem infraestrutura esportiva. Ainda de acordo com ele, há centros de referência subaproveitados, como no Exército, por exemplo, que "tem tradição em educação física e na ciência do esporte".

— Devemos ter como referência a ideia de que o Brasil

precisa organizar as Olimpíadas com êxito, no sentido da organização e também no do esporte. Não temos infraestrutura esportiva na maioria das nossas escolas. Lamentavelmente, elas foram planejadas sem espaço físico destinado à prática do esporte. É uma omissão grave — afirmou.

Durante o seminário, o diretor-geral do Comitê Rio 2016, Leonardo Gryner, apresentou os investimentos feitos pela instituição. Até outubro deste ano, de uma previsão de R\$ 110 milhões, o comitê investiu R\$ 85 milhões em ações para os Jogos Olímpicos. Até o final do ano, a expectativa é aplicar R\$ 137 milhões. Esses recursos são provenientes do Comitê Olímpico Internacional (COI) e de empresas privadas. Para 2012, a previsão é investir R\$ 205 milhões. Gryner disse que as previsões orçamentárias ainda são as

do projeto da candidatura, feito em 2008.

— O orçamento foi fechado em outubro de 2008 e vai sofrer uma primeira revisão somente depois dos jogos de Londres, quando teremos lições aprendidas — disse.

Segundo Gryner, o orçamento geral do comitê previsto para ser aplicado até 2016 é de R\$ 5,6 bilhões, dos quais 31% do COI, 24% do setor público e 45% do privado. Desses investimentos, 24% serão para as operações de instalações e 17% para tecnologia, dois itens que estão, respectivamente, em primeiro e segundo lugares na relação de prioridades do comitê.

Gryner informou ainda que, a partir do próximo mês, estará no ar o site de transparência da instituição, onde será possível acompanhar o movimento financeiro e os processos seletivos de compra e de pessoal.

Já a presidente da Autoridade Olímpica Municipal, Maria Sílvia Bastos Marques, detalhou como funcionam os 11 grupos de trabalho dos três níveis de governo para preparar as Olimpíadas.

As Olimpíadas como incentivo a outros projetos

Maria Sílvia destacou também que os Jogos Olímpicos, ao transmitirem um senso de urgência, são catalisadores de outros grandes projetos, como é o caso da reurbanização da Zona Portuária, da universalização do ensino de inglês na rede municipal e do Morar Carioca. Este último projeto se propõe a urbanizar todas as favelas até o ano de 2020, com a remoção das comunidades que não puderem ser mantidas.

— Os Jogos Olímpicos serão no Rio de Janeiro, mas os benefícios serão para o Brasil como um todo. Queremos os jogos como um catalisador de uma cidade melhor, para os moradores e os seus visitantes. Isso se dará com a transformação nos transportes, no meio ambiente e no social. O que for possível fazermos até a Copa do Mundo e as Olimpíadas nós faremos — disse a presidente da Autoridade Olímpica Municipal. ■

Márcio Fortes: Rio não teve que partir do zero

Para ele, com Pan e Jogos Militares, cidade já mostrou ter condições de sediar grandes eventos

• O presidente da Autoridade Pública Olímpica (APO), Márcio Fortes, comparou a organização das Olimpíadas no Rio e em Londres durante o seminário "Rio Cidade Sede". Ele disse que, diferentemente da cidade europeia, a capital fluminense não partiu do zero.

— Nós já temos a experiência dos Jogos Pan-Americanos (de 2007) e dos Jogos Mundiais Militares (realizados este ano), que mostraram a capacidade de o Brasil realizar grandes eventos — disse.

Sem citar valores, Fortes afirmou que o orçamento dos jogos abrangerá o que já foi planejado e apresentado no momento da candidatura.

— Já temos instalações esportivas construídas em locais servidos de transporte. Aqui, antes mesmo da candidatura, nós já tínhamos programas de parcerias (com outros governos), como o PAC — disse, acrescentando que já há projetos em curso para saneamento e recuperação das baías de Guanabara e de Sepetiba, além de investimento em urbanização das favelas.

Também presente ao evento, o diretor de Sustentabilidade dos Jogos Olímpicos de

Londres, Dan Epstein, fez uma exposição sobre medidas adotadas para construir o Parque Olímpico que tornaram uma das áreas mais degradadas da capital britânica num dos pontos mais valorizados da cidade. Segundo ele, muitas iniciativas sustentáveis foram adotadas sem que isso implicasse necessariamente um aumento de gastos em infraestrutura. Em casos nos quais os investimentos iniciais foram maiores, Dan afirmou que, a longo prazo, isso pode significar economia.

— O importante é ter um planejamento adequado para que os orçamentos sejam respeitados. O Parque Olímpico foi pensado não apenas para os dias de evento, mas para o legado das próximas décadas. Criamos um plano contra enchentes, com a remoção de mil residências, recuperamos rios. Além disso, os prédios foram planejados para economizar energia e água. A Vila Olímpica, por exemplo, foi planejada para economizar até 70% de energia, com um custo adicional de 5% — disse, acrescentando que foi implantada ainda uma nova linha de trem para atender ao bairro olímpico. ■

